

## PARECER JURÍDICO

**Encaminhamento:** Setor de Licitações e Contratos do Município de Xanxerê/SC

**Interessado:** LIGA XANXERENSE DE FUTEBOL DE SALÃO

**EMENTA:** INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. EMPRESA EXCLUSIVA NO FORNECIMENTO DO OBJETO. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR. JUSTIFICATIVA DO PREÇO. POSSIBILIDADE.

### RELATÓRIO

Os presentes autos foram submetidos à Procuradoria Jurídica para emissão de parecer acerca da possibilidade de contratação direta, mediante processo de inexigibilidade, da **LIGA XANXERENSE DE FUTEBOL DE SALÃO**, que será responsável pela "*Prestação de serviço de inscrição de equipes de 21 modalidades que representam o município na competição dos Jogos da Amai nas categorias adulto Base masculino e feminino no ano de 2024*", de acordo com a descrição e as especificações técnicas verificadas no Termo de Referência (TR) e Estudo Técnico Preliminar (ETP), encaminhados em anexo. O valor total da contratação perfaz o importe de **R\$ 7.639,00** (sete mil, seiscentos e trinta e nove reais).

É o breve relatório.

### PARECER

A Lei nº 14.133/21 estabelece como regra geral para contratações a adoção do processo licitatório. O instituto da inexigibilidade, entretanto, é uma das hipóteses excepcionais previstas pelo legislador ordinário de disposição de verba pública com ausência de licitação, desde que haja conformidade com o objetivo constitucional e os princípios da igualdade e da proposta mais vantajosa para o interesse público.

Conforme disciplina a Lei 14.133/21, o processo licitatório é inexigível quando houver inviabilidade de competição, enumerando algumas expressas situações, como é o caso do inciso I de seu art. 74. Assim sendo, veja-se:

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos (...) (Grifei)*

O parágrafo primeiro do citado artigo define como dar-se-á a demonstração de inviabilidade de competição pela Administração. Assim:

*§ 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.*  
(Grifei)

Consta dos documentos anexados aos Autos **Declaração** exarada pelo Presidente da LXFS, capaz de demonstrar que a **LIGA XANXERENSE DE FUTEBOL DE SALÃO.**, é a liga **detentora de exclusividade para a promoção dos “Jogos da AMAI 2024 (Base e Adulto)”**. Veja-se a manifestação na íntegra:

*(...) A Liga Xanxerense de Futebol de Salão, declara ser exclusividade da mesma organizar os Jogos da AMAI 2024 (Base e Adulto)*

Além da exigência prevista no art. 74, §1º (conforme mencionado alhures), impõe a Lei nº14.133/21, em seu art. 23 e parágrafos, que seja justificado o valor da contratação em compatibilidade com os valores praticados no mercado, ou, em sendo impossível estimar o valor do objeto pelo preço de mercado, que referida justificativa seja realizada através de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até um ano anterior à data da contratação pela Administração, ou através de outro meio idôneo. Veja-se a redação:

*Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial*

*economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. (...) § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, **quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo**, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, **por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.***

Justifica-se o **valor da contratação** na forma do item "5" - Levantamento de Mercado, do Estudo Técnico Preliminar (ETP), em que houve observado o §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/21, bem como o §4º do mesmo artigo.

A **razão da escolha do fornecedor** está, também, bem definida no Termo de Referência, senão, veja-se:

***Razão da escolha do fornecedor:** Justifica-se a inexigibilidade de contratação dos serviços **devido a exclusividade da competição, sendo que a liga é a responsável pela competição e arbitragem do mesmo sendo do ramo** e possui capacidade técnica profissional e operacional para executar tais serviços, além de possuir certidões negativas válidas.*

De registrar, por fim, que conforme lê-se no Cartão CNPJ, a empresa **LIGA XANXERENSE DE FUTEBOL DE SALÃO.**, dispõe de **atividade econômica compatível**<sup>1</sup> com a que se pretende contratar. Há, também, **dotação orçamentária** disponível para a contratação, conforme Dotação (reduzido 85 - Departamento de Esportes, Elemento: 3390-3999).

**Posto isso**, o **OPINATIVO** é no sentido de que restam preenchidas as condições para a realização de contratação direta da empresa **LIGA XANXERENSE DE FUTEBOL DE SALÃO**, sob a forma de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74, I da Lei nº 14.133/21.

É o parecer.

Xanxerê/SC, 24 de abril de 2024.

<sup>1</sup> 93.12-3-00 – Clube sociais, esportivos e similares.

*Pedro Piccini*

**PEDRO HENRIQUE PICCINI**

Consultor Jurídico do Município de Xanxerê

OAB/SC 61.229